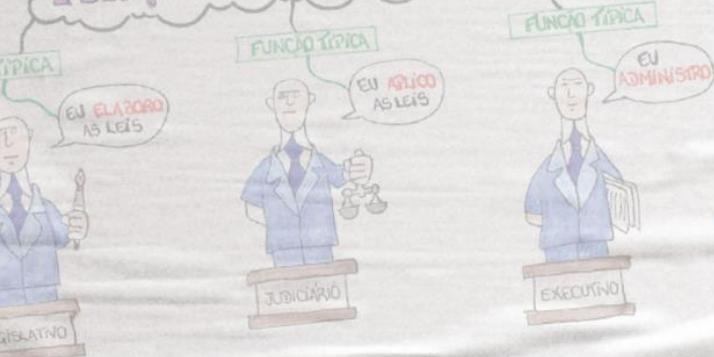


FUNÇÕES DOS 3 PODERES



“Por Sarah Guimarães”



MATERIAL EXCLUSIVO

SERÃO FACULTADO AO MINISTÉRIO PÚBLICO E AS PARTES A FORMULAÇÃO DE PERÍCIOS E INDICAÇÃO DE ASSISTENTE TÉCNICO

FORMULAÇÃO DE QUESITOS

PRAZO: P... PERÍCIOS EM AUDIÊNCIA É NECESSÁRIA QUE A INTIMAÇÃO SEJA REALIZADA EM 10 DIAS DE ANTECEDÊNCIA.

ASSISTENTE TÉCNICO

TEM QUE SER ADMITIDO PELO JUIZ

VADEMIA PAPS

PMIGO

MAPAS MENTAIS + SÚMULAS

PLURALIDADE DE AGENTES → É NECESSÁRIO QUE HAJA NO MÍNIMO AS QUE PARTICIPAM DA REALIZAÇÃO DO CRIME E SEJA EM UNIDADE

NÃO SE EXIGE QUE TODOS OS AGENTES SEJAM IMPUTÁVEIS PARA A CARACTERIZAÇÃO

RELEVÂNCIA CAUSAL → A CONDUTA DEVE TER SIDO RELEVANTE PARA A REALIZAÇÃO DO CRIME.

LIAME SUBJETIVO ENTRE OS AGENTES → É NECESSÁRIO QUE O AGENTE ATUE CONSCIENTE DE QUE ESTÁ REALIZANDO COM OS OUTROS SUJEITOS ATIVOS PARTE DO MESMO DELITO

PRO DE PERÍCIA QUE ABRANGE MAIS DE UMA ÁREA DE CONHECIMENTO, PARA QUAL O JUIZ PODE DESIGNAR MAIS DE UM PERITO OFICIAL.

OMISSÃO DE COMPROMISSO CONSTITUI MERA INEFICÁCIA, NÃO RESULTA ANULAÇÃO.



SIGA @mapasmentais.direito

Olá, Concurseiro (a)

Sou a **Sarah Guimarães**, agradeço por adquirir um dos nossos E-books. Os nossos Mapas Mentais foram preparados para revolucionar os seus estudos, seja estudando para concurso, como para estudantes de Direito.

Todo esse material, elaborado à mão, foi feito após o estudo de teorias, dos melhores doutrinadores e de vários cursinhos, aulas e mais de 20 mil questões resolvidas, em que pude analisar os pontos mais importantes, o que é mais cobrado, as pegadinhas e como são aplicados os entendimentos doutrinários com a finalidade de facilitar os seus estudos e de forma prática.

Ao estudar por **mapas mentais** estamos trabalhando com os dois lados do nosso cérebro, o lado racional e o criativo, o que faz toda diferença no seu estudo.

Espero que o material revolucione a sua preparação rumo à aprovação.

Vamos lá? Bons estudos.



APROXIME A
CÂMERA DO SEU
CELULAR E ACESSE
O NOSSO SITE

ATENÇÃO

QUALQUER FORMA DE REPRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO OU REVENDA DESTA OBRA SÓ PODERÁ SER REALIZADA COM A AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DA TITULAR, RESSALVADAS AS EXCEÇÕES PREVISTAS EM LEI. CASO SEJA NECESSÁRIO REPRODUZIR ALGUM TRECHO DESTA OBRA (COMPARTILHAMENTO ONLINE, FOTOCÓPIA, DIGITALIZAÇÃO E OUTROS) ENTRAR EM CONTATO COM A TITULAR.

QUALQUER SITE OU MEIO ELETRÔNICO QUE DISPONIBILIZEM A DISTRIBUIÇÃO OU VENDA DESTE MATERIAL FICARÁ SUJEITO ÀS PENALIDADES CÍVEIS E CRIMINAIS.

INFORMO QUE O ÚNICO MEIO DE VENDA DESTE MATERIAL SE DÁ POR MEIO DO SITE:

WWW.MAPASMENTAISDIREITO.COM.BR





MAPAS
MENTAIS
DIREITO

DIREITO CONSTITUCIONAL

@MAPASMENTAIS.DIREITO

Sarah Guimarães

A PIRÂMIDE DE KELSEN

HIERARQUIA DAS NORMAS

② TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE D. HUMANOS

- TEM ÍNDOLE E NÍVEL **CONSTITUCIONAL**
- APLICAÇÃO IMEDIATA
- **NÃO** PODEM SER REVOGADOS POR LEI ORDINÁRIA POSTERIOR.

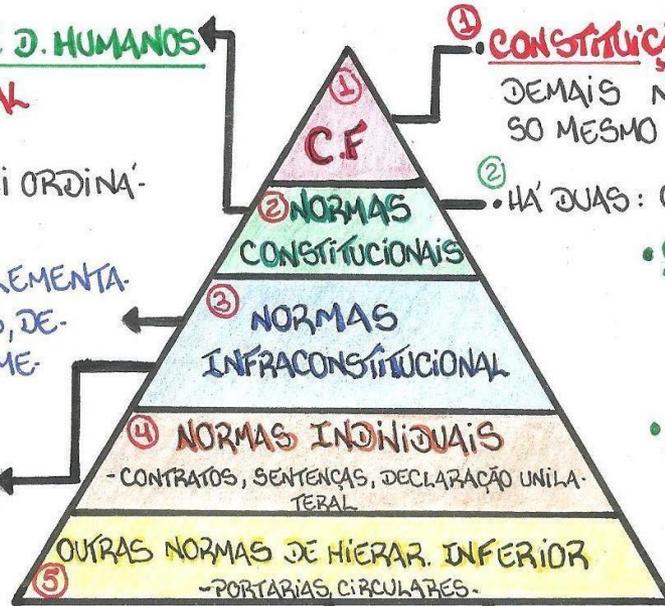
③ TRATADOS INTERNACIONAIS, LEIS COMPLEMENTARES, LEIS ORDINÁRIAS, LEIS DELEGADAS, DECRETOS LEGISLATIVOS, RESOLUÇÕES, MEDIDAS PROVISÓRIAS



AS NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS **NÃO** POSSUEM HIERARQUIA ENTRE SI. ESSAS NORMAS SÃO **PRIMÁRIAS**, SENDO CAPAZES DE **GERAR DIREITOS E CRIAR OBRIGAÇÕES**.

④ E ⑤ NORMAS INFRALEGAIS

- ABAIXO DAS LEIS ENCONTRAM-SE AS NORMAS INFRALEGAIS
- SÃO NORMAS **SECUNDÁRIAS**
- **NÃO** TEM PODER DE GERAR DIREITOS NEM IMPOR OBRIGAÇÕES
- **NÃO** PODEM CONTRARIAR AS **PRIMÁRIAS**, SOB PENA DE **INVALIDADE**.



① CONSTITUIÇÃO FEDERAL: É SUPERIOR A TODAS AS DEMAIS NORMAS JURÍDICAS, AS QUAIS SÃO, POR ISSO MESMO DENOMINADAS **INFRACONSTITUCIONAIS**.

② HA' DUAS: ORIGINÁRIAS E DERIVADAS

• ORIGINÁRIAS: SÃO PRODUTO DO PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO (QUE ELABORA UMA NOVA CONSTITUIÇÃO); ELAS **INTEGRAM** O TEXTO CONSTITUCIONAL

• DERIVADAS: SÃO AQUELAS QUE RESULTAM DA MANIFESTAÇÃO DO PODER CONST. DERIVADO (QUE ALTERA A C.F.); SÃO AS CHAMADAS **EMENDAS CONSTITUCIONAIS**



• **NÃO** EXISTE **HIERARQUIA** ENTRE AS NORMAS ORIGINÁRIAS.

• **NÃO** EXISTE **HIERARQUIA** ENTRE AS NORMAS ORIGINÁRIAS E DERIVADAS.

• AS NORMAS CONST. **ORIGINÁRIAS** **NÃO** PODEM SER DECLARADAS **INCONSTITUCIONAIS**

Obs! ① E ② TEM O MESMO NÍVEL HIERÁRQUICO

AS **EMENDAS CONSTITUCIONAIS** (N. DERIVADAS) FICA ABAIXO DA CF ATÉ SER APROVADA, DEPOIS FICA NA MESMA HIERARQUIA, ESTA' INSERIDA NA CF MAS NÃO SE CONFUNDE COM ELA.

DIREITOS E DEVERES

INDIVIDUAIS E COLETIVOS

INVIOLABILIDADE DOMICILIAR

A CASA É ASILO **INVIOLÁVEL** DO INDIVÍDUO, NINGUÉM NELA PODENDO PENETRAR SEM O CONSENTIMENTO DO MORADOR

SALVO

DURANTE O DIA

ORDEM JUDICIAL
FLAGRANTE DELITO
DESASTRE OU PRESTAÇÃO DE SOCORRO

DURANTE A NOITE

FLAGRANTE DELITO
DESASTRE OU PRESTAÇÃO DE SOCORRO

CONCEITO DE CASA

QUALQUER COMPARTIMENTO HABITADO

QUALQUER APOSENTO HABITADO DE OCUPAÇÃO COLETIVA

QUALQUER COMPARTIMENTO PRIVADO NÃO ABERTO AO PÚBLICO

DIREITO DE REUNIÃO

TODOS PODEM **REUNIR-SE PACIFICAMENTE**, SEM ARMAS, EM LOCAIS ABERTOS AO PÚBLICO, **INDEPENDENTEMENTE DE AUTORIZAÇÃO**, DESDE QUE NÃO FRUSTEM OUTRA REUNIÃO ANTERIORMENTE CONVOCADA PARA O MESMO LOCAL, SENDO APENAS EXIGIDO PRÉVIO AVISO A AUTORIDADE COMPETENTE



STF. **NÃO** É MAIS NECESSÁRIO O PRÉVIO AVISO A AUTORIDADE COMPETENTE

(RE 806.339) → 2020

PODE SER

SUSPENSO →

NO ESTADO DE SÍTIO

RESTRINGIDO →

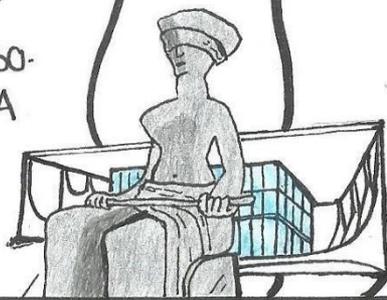
NO ESTADO DE DEFESA

O DIREITO DE REUNIÃO É PROTEGIDO POR **MANDADO DE SEGURANÇA**

A MARCHA DA MACONHA É **COMPATÍVEL** COM O DIREITO DE REUNIÃO

ADI → QUANDO ALGUÉM AJUIZA UMA ADI, BUSCA QUE A NORMA SEJA **DECLARADA INCONSTITUCIONAL**. SE GANHAR, A NORMA É INCONSTITUCIONAL; SE PERDER, FOI CONFIRMADA A CONSTITUCIONALIDADE.

ADC → O OBJETIVO É ESPANTAR AS DÚVIDAS SOBRE A **VALIDADE DA NORMA** CONFIRMANDO SUA CONSTITUCIONALIDADE.



STF
SUPREMO TRIB. FEDERAL
@MADAMENTAIS.DIREITO

O **STF** É COMPOSTO POR **11 MINISTROS**

→ **DICA** → **STF = SOMOS UM TIME DE FUTEBOL**
↓
11 MEMBROS = 11 JOGADORES

ESCOLHA DOS MINISTROS

ESCOLHIDOS **LIBREMENTE** PELO PRESIDENTE DA REP.

REQUISITOS:

- 1) **BRASILEIRO NATO**
- 2) TER ENTRE **35 A 65 ANOS**
- 3) POSSUIR NOTÁVEL SABER **JURÍDICO**
- 4) POSSUIR **REPUTAÇÃO ÍNTEGRA**

NÃO HÁ FORMAÇÃO DE LISTAS P/ A ESCOLHA

OBS: O NOME INDICADO PELO PRESIDENTE P/ OCUPAR UMA CADEIRA NO STF DEVERÁ SER **APROVADO** PELO VOTO DA **MAIORIA ABSOLUTA** DO **SENADO FED.**

COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA

→ CABE AO STF PROCESSAR E JULGAR **ORIGINARIAMENTE**.

I AS **AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI)** DE LEI OU ATO NORMATIVO **FEDERAL** OU **ESTADUAL** E A **AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC)** DE LEI OU ATO NORMATIVO **FEDERAL**

→ **SUM. 642 STF - NÃO** CABE ADI DE LEI DO DISTRITO FEDERAL DERIVADA DA SUA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA **MUNICIPAL**

II NAS INFRAÇÕES PENAIS COMUNS:

- PRESIDENTE E VICE-P. DA REPÚBLICA
- MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL
- MINISTROS DO STF
- PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA.

→ NO CRIME DE **RESPONSABILIDADE** A COMPETÊNCIA DO **SENADO FEDERAL**

III NAS INFRAÇÕES PENAIS COMUNS E DE RESPONSABILIDADE:

- MINISTROS DE ESTADO E OS COMANDANTES DO EXÉRCITO, MARINHA E AERONÁUTICA.
- MEMBROS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES
- MEMBROS DO TCU
- CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE.

OBS: EM RELAÇÃO AOS **MINISTROS DE ESTADO** SE O CRIME DE RESPONSABILIDADE FOR PRATICADO EM **CONEXÃO** COM O **PRESIDENTE** OU **VICE DA REP.**, OS MINISTROS DE ESTADO SERÃO JULGADOS PELO **SENADO FEDERAL**



MAPAS
MENTAIS
DIREITO

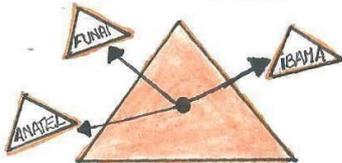
DIREITO ADMINISTRATIVO

@MAPASMENTAIS.DIREITO

Sarah Guimarães

DESCENTRALIZAÇÃO

OCORRE QUANDO A ENTIDADE POLITICA TRANSFERE PARA OUTRA PESSOA PARTE DE SUA COMPETENCIA. ENVOLVE + DE 1 PESSOA JUR.



NÃO HÁ SUBORDINAÇÃO MAS EXISTE CONTROLE FINALÍSTICO

ESSA PESSOA PARA QUAL A ENTIDADE TRANSFERE PARTE DE SUA COMPETENCIA POSSUI PERSONALIDADE JURIDICA PROPRIA

OCORRE POR

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

DESCONCENTRAÇÃO → CRIAR ORGÃOS PÚBLICOS

DISTRIBUIÇÃO INTERNA DE COMPETÊNCIAS NA MESMA PESSOA JURÍDICA HA' RELACÃO DE COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO



CONCENTRAÇÃO

INVERSO DA DESCONCENTRAÇÃO

EXTIÇÃO DE ORGÃOS PÚBLICOS

ORGÃOS PÚBLICOS: CENTRO DE COMPETÊNCIA SEM PERSONALIDADE JURÍDICA

CENTRALIZAÇÃO

OCORRE QUANDO A ENTIDADE POLITICA EXERCE SUAS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS POR MEIO DE SEUS ORGÃOS

SINÔNIMO DE ADM. DIRETA

ATENÇÃO

SO' HAVERA' ADMINISTRAÇÃO INDIRETA QUANDO A DESCENTRALIZAÇÃO OCORRER POR OUTORGA

A DESCENTRALIZAÇÃO POR DELEGACÃO POSSIBILITA CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES A PESSOAS JURÍDICAS OU FÍSICAS

OUTORGA OU POR SERVIÇO

DIRETA ENTIDADE POLITICA

POR LEI TRANSFERE

INDIRETA PARA ENTIDADE ADMINISTRATIVA

TITULARIDADE E EXECUÇÃO

PRAZO: INDETERMINADO

DELEGACÃO OU POR COLABORAÇÃO

DIRETA ENTIDADE POLITICA

POR ATO OU CONTRATO TRANSFERE

INDIRETA PARA PARTICULAR

APENAS EXECUÇÃO

PRAZO: DETERMINADO

Sarah J. Fernandes

ESPECIES

DOS PODERES ADMIN.



HiPODI DIVINO

HIERÁRQUICO *VER MAPA

DE POLÍCIA *VER MAPA

DISCIPLINAR *VER MAPA

DISCRICIONÁRIO

VINCULADO

NORMATIVO

VINCULADO

A ADMINISTRAÇÃO AGE NOS **TERMOS DA LEI**, SEM MARGEM DE LIBERDADE



OBEDECE AO **PRINCÍPIO DA LEGALIDADE**



- ELEMENTOS VINCULADOS:
- COMPETÊNCIA
 - FINALIDADE
 - FORMA

DISCRICIONÁRIO
ATO COM LIBERDADE DE AÇÃO PREVISTO EM LEI

ARBITRÁRIO- ATO QUE EXORBITA A LEI

DISCRICIONÁRIO

É A PRERROGATIVA CONCEDIDA AOS AGENTES ADMINISTRATIVOS ELEGEREM ENTRE AS VÁRIAS CONDUITAS POSSÍVEIS A QUE TRADUZ MAIOR **CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE PARA O INTERESSE PÚBLICO**

CONVENIÊNCIA: O ATO INTERESSA, CONVÉM OU SATÍFAZ O INTERESSE PÚBLICO

OPORTUNIDADE: O ATO É PRATICADO NO MOMENTO **ADEQUADO** À SATISFAÇÃO DO INTERESSE PÚB.

NORMATIVO

É A PRERROGATIVA QUE A ADMINISTRAÇÃO TEM **PRINCIPALMENTE O PODER EXECUTIVO** - DE EDITAR ATOS NORMATIVOS PARA DETALHAR, ESCLARECER E REGULAMENTAR A INTERPRETAÇÃO E A APLICAÇÃO DE UMA LEI

NÃO PODE ALTERAR E RESTRINGIR LEIS

DECRETO AUTÔNOMO = É O DECRETO REGULAMENTAR EDITADO PELO **CHEFE DO PODER EXECUTIVO** QUE INOVA NO ORDENAMENTO JURÍDICO A REVELIA DE UMA LEI



ATOS ADMINISTRATIVOS QUE NÃO PODEM SER REVOGADOS

DICA:

ME CON VIDA

MEROS ATOS ADMINISTRATIVOS
CONSUMADOS
VINCULADOS
INTEGRANTES DE UM PROCESSO
DIREITOS ADQUIRIDOS

@MAPASMENTAIS.DIREITO

Sarah Guimarães

PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PUB.

DICA: CHÁ EM PARIS

CONTINUIDADE

HIERARQUIA

AUTO-EXECUTORIEDADE

ISONOMIA

MOTIVAÇÃO

PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE

AUTO-TUTELA

RAZOABILIDADE

INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO

SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO



@MAPASMENTAIS.DIREITO



MAPAS
MENTAIS
DIREITO

DIREITO PENAL

@MAPASMENTAIS.DIREITO

Sarah Guimarães

PRINCÍPIOS DIREITO PENAL

4) FRAGMENTARIEDADE

DIREITO PENAL TUTELA APENAS OS BENS MAIS IMPORTANTES E SANCIONA APENAS AS CONDUITAS MAIS ACEITÁVEIS

1) SUBSIDIARIEDADE

O DIREITO PENAL DEVE SER APLICADO **SOMENTE** QUANDO AS OUTRAS FORMAS DE SANCIONAR O INDIVÍDUO **NÃO** FOREM SUFICIENTES

5) INTERVENÇÃO MÍNIMA

→ **ÚLTIMA RATIO**

O ESTADO SÓ DEVE UTILIZAR O DIREITO PENAL EM **ÚLTIMO CASO**

2) LEGALIDADE

PRINCÍPIO QUE EXISTE PARA **LIMITAR** O PODER DO ESTADO

NÃO HÁ **CRIME** SEM LEI ANTERIOR QUE O DEFINA, **NÃO** HÁ **PENA** SEM PRÉVIA COMINAÇÃO LEGAL

VEDA A APLICAÇÃO DA LEI PENAL A FATOS **ANTERIORES** À SUA **VIGÊNCIA**

VEDA A CRIAÇÃO DE TIPOS PENALIS **VAGOS**

6) INTRANSIGÊNCIA DA PENA

OU PESSOALIDADE

A PENA **NÃO** DEVE PASSAR DA PESSOA DO CONDENADO. SÓ O VERDADEIRO AUTOR DEVE SER RESPONSABILIZADO POR SEUS ATOS NO DIREITO PENAL

3) ADEQUAÇÃO SOCIAL

CONDUITAS SOCIALMENTE **ADEQUADAS** **NÃO** PODEM SER **PUNIDAS** PELO DIREITO PENAL

5) ANALOGIA EM DIREITO PENAL

OBS: PARA QUE O ESTADO DEFINA CRIMES E COMINE PENAS DEVE EDITAR LEI EM SENTIDO **ESTRITO**.

@ IN **BONAM** PARTEM
↳ **PERMITIDA**

Ⓟ IN **MALAM** PARTEM
↳ **VEDADO**

PARTICIPAÇÃO

TODO AQUELE QUE **CONCORRE** PARA A PRODUÇÃO DO **RESULTADO** SEM PRATICAR O NÚCLEO DO TIPO

MORAL: É O **INDUZIMENTO** (CRIAR IDEIA DO CRIME NA MENTE DO AUTOR) OU **INSTIGAÇÃO** (REFORÇAR UMA IDEIA **PREEXISTENTE**)

MATERIAL: **AUXÍLIO** NOS ATOS PREPARATÓRIOS OU NA EXECUÇÃO DO DELITO

COMPORTAMENTO ACESSÓRIO → RESPONDE NA MEDIDA DE SUA **CULPABILIDADE**

TEORIAS

- 1 **ACESSORIEDADE MÍNIMA**: BASTA QUE A CONDOTA PRINCIPAL SEJA **TÍPICA**
- 2 **ACESSORIEDADE LIMITADA**: BASTA QUE A CONDOTA PRINCIPAL SEJA **TÍPICA E ILÍCITA**
- 3 **ACESSORIEDADE MÁXIMA**: BASTA QUE A CONDOTA SEJA **TÍPICA, ILÍCITA E CULPAVEL**
- 4 **HIPERACESSORIEDADE**: BASTA QUE A CONDOTA SEJA **TÍPICA, ILÍCITA, CULPAVEL E PUNIVEL**

COAUTORIA

→ HÁ **MAIS DE 1** AUTOR

CONCURSO DE PESSOAS - SUJEITOS -

AUTORIA

→ **AUTOR** É O INDIVÍDUO QUE PRÁTICA O **NÚCLEO DO TIPO**

TIPOS

- 1 **AUTORIA IMEDIATA**: É AQUELA QUE OCORRE QUANDO O **PRÓPRIO** INDIVÍDUO EXECUTA A **CONDOTA DELITUOSA DIRETAMENTE** → É A REGRA
- 2 **AUTORIA MEDIATA**: INDIVÍDUO UTILIZA DE **TERCEIRO** COMO INSTRUMENTO PARA **EXECUTAR** SEU INTENTO CRIMINOSO
- 3 **AUTORIA COLATERAL**: AGENTES ATUAM **SEM O LIAME SUBJETIVO** → LOGO, CADA UM RESPONDERÁ POR SEUS ATOS **ISOLADAMENTE**
- 4 **AUTORIA INCERTA**: AGENTES ATUAM **SEM O LIAME SUBJETIVO** MAS NÃO É POSSÍVEL DETERMINAR **QUAL** DAS CONDUTAS CAUSOU O RESULTADO

APLICA-SE O PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO

- 5 **AUTORIA DESCONHECIDA**: **NÃO** É POSSÍVEL APURAR A IDENTIDADE DOS AUTORES

TEORIAS

- 1 **RESTRIITA**: AUTOR É QUEM PRÁTICA O **NÚCLEO DO TIPO**
- 2 **EXTENSIVA**: TODO AQUELE QUE DE ALGUMA FORMA **CONTRIBUI** PARA O RESULTADO
- 3 **DO DOMÍNIO DO FATO**: AUTOR É QUEM DECIDE **SE E COMO** É O **QUANTO** DA INFRAÇÃO → **SO SE APLICA AO CRIME DOLOSO**

VOCÊ SABIA?

- A **CPI** - COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO-**PODE**, POR AUTORIDADE PRÓPRIA, OU SEJA, SEM A NECESSIDADE DE QUALQUER INTERVENÇÃO JUDICIAL, MAS SEMPRE **FUNDAMENTADA E MOTIVADA**, OBSERVADAS TODAS AS FORMALIDADES LEGAIS.

DETERMINAR:



CUIDADO: **CPI NÃO TEM COMPETÊNCIA E PARA QUEBRA DE COMUNICAÇÃO TELEFÔNICA (INTERCEPTAÇÃO)**

@MAPASMENTAIS.DIREITO



EXCLUI A **TIPICIDADE**



EXCLUI A **CULPABILIDADE**

@mapasmentais.direito



MAPAS
MENTAIS
DIREITO

PROCESSO PENAL

@MAPASMENTAIS.DIREITO

Sarah Guimarães

LEI PROCESSUAL NO ESPAÇO

www.mapasmentaisdireito.com.br

REGRA: PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE



A LEI PRODUZIRÁ SEUS EFEITOS DENTRO DO **TERRITÓRIO NACIONAL**



EXCEÇÕES

TRATADOS, CONVENÇÕES E REGRAS DE DIREITO INTERNACIONAL

A APLICAÇÃO DO CPP **PODE SER AFASTADA**, PONTUALMENTE, EM RAZÃO DE ALGUMA NORMA ESPECÍFICA PREVISTA EM **TRATADO OU CONVENÇÃO INTERNACIONAL**

JURISDIÇÃO POLÍTICA

NOS CASOS DAS PRERROGATIVAS CONSTITUCIONAIS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DOS MINISTROS DE ESTADO, NOS CRIMES CONEXOS COM OS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, E DOS **MINISTROS DO STF, NOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE.**

NESTE CASO, SERÃO JULGADOS DE ACORDO COM **PROCEDIMENTOS PRÓPRIOS**, PREVISTOS NA CF

PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL

REGRA: SEGUIR O CÓDIGO ELEITORAL

SUBSIDIARIAMENTE: CPP

PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR

REGRA: SEGUIR O CÓDIGO PENAL MILITAR

SUBSIDIARIAMENTE: CPP

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

NO CASO DE HAVER **RITO ESPECÍFICO** PARA O PROCESSO E JULGAMENTO DE DETERMINADO CRIME, COMO OCORRE NA LEI DE DROGAS, DEVERÁ SER UTILIZADO, **PRIMORDIALMENTE**, O RITO ESPECÍFICO, CABENDO AO CPP ATUAR DE FORMA SUBSIDIÁRIA

OBSERVAÇÕES

O CPP SÓ É APLICÁVEL AOS ATOS PROCESSUAIS PRATICADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL

COMPETE PRIVATIVAMENTE À UNIÃO LEGISLAR SOBRE DIREITO PROCESSUAL

MUDANÇAS APÓS O PACOTE ANTICRIME



IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE FIANÇA

QUANDO ESTIVEREM PRESENTES **OS MOTIVOS DA PREVENTIVA**

RACISMO

TORTURA, TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E DROGAS AFINS, **TERRORISMO** E CRIMES **HEDIONDOS**

CRIMES COMETIDOS POR **GRUPOS ARMADOS**, CIVIS OU MILITARES, CONTRA A ORDEM CONSTITUCIONAL E O ESTADO DEMOCRÁTICO.

QUANDO O RÉU TIVER **QUEBRADO A FIANÇA** ANTERIORMENTE, NO MESMO PROCESSO OU DESCUMPRIDOR AS CONDIÇÕES, SEM MOTIVO JUSTO

EM CASO DE PRISÃO **CIVIL** OU **MILITAR**.

ATENÇÃO

AINDA QUE **NÃO** SE POSSA ARBITRAR FIANÇA, É POSSÍVEL A CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA

O CARÁTER **HEDIONDO** DA INFRAÇÃO PENAL, POR SI SÓ, **NÃO IMPEDÉ** A CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA

CIRCUNSTÂNCIAS A SER CONSIDERADAS P/ O ARBITRAMENTO DA FIANÇA

NATUREZA DA INFRAÇÃO

CONDIÇÕES PESSOAIS DE **FORTUNA**

VIDA PREGRESSA DO ACUSADO

CIRCUNSTÂNCIAS INDICATIVAS DE SUA **PERICULOSIDADE**

CONCEITO

LIBERDADE PROVISÓRIA É O DIREITO DO SUSPEITO/INDICIADO/ACUSADO, SEMPRE QUE **NÃO** ESTIVEREM PRESENTES OS **REQUISITOS** PARA A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA

A CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA **NÃO** IMPEDÉ A FIXAÇÃO DE ALGUMA **MEDIDA CAUTÉLAR DIVERSA DA PRISÃO**

LIBERDADE PROVISÓRIA E FIANÇA

@mapasmentais.direito

PODE SER CONCEDIDA **SEM** FIANÇA (REGRA), OU **COM** FIANÇA

SERÁ CONCEDIDA:

PELO JUIZ EM QUALQUER HIPÓTESE. NECESSARIAMENTE NOS CRIMES CUJA PENA MÁXIMA SEJA **SUPERIOR A 4 ANOS**



NESSE CASO, ARBITRARÁ EM **48 HORAS**

PELA AUTORIDADE POLICIAL - INFRAÇÃO PENAL CUJA PENA MÁXIMA **NÃO** SEJA **SUPERIOR A 4 ANOS**.

O MP **NÃO SERÁ OUVIDO** PREVIAMENTE AO ARBITRAMENTO DA FIANÇA, MAS TERÁ VISTA DOS AUTOS APÓS ESSE MOMENTO



MAPAS
MENTAIS
DIREITO

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

@MAPASMENTAIS.DIREITO

Sarah Guimarães

CRIMES

MILITARES



IMPORTANTE

ANTES DA LEI N. 13.491/17, ERA CRIME MILITAR APENAS AQUELE PREVISTO NO CÓDIGO PENAL MILITAR.

CRIMES PREVISTOS UNICAMENTE EM LEIS EXTERNAS ERAM SEMPRE CRIMES COMUNS, MESMO QUE PRATICADOS POR MILITARES

APÓS A LEI A COMPETÊNCIA DA JM **FOI AMPLIADA**, POIS A REDAÇÃO DO INCISO II DO ART. 9 DO CPM, PASSOU A CONTER A EXPRESSÃO "E **AS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO PENAL**"

DESSA FORMA, DELITOS (COMO TRÁFICO, ABUSO DE AUTORIDADE) QUANDO PRATICADOS DENTRO DAS CIRCUNSTÂNCIAS NARRADAS NO ART. 9 DO CPM, PODEM VIR A SER CONSIDERADOS COMO MILITARES

CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA DE CIVIL PRATICADOS POR MILITAR

SE MILITAR ESTADUAL



TRIBUNAL DO JÚRI

SE MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS, E NÃO ESTÃO PRESENTES AS CIRCUNSTÂNCIAS DO PARÁGRAFO 2, I, II, OU III



TRIBUNAL DO JÚRI

SE MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS E ESTÃO PRESENTES AS CIRCUNSTÂNCIAS DO PARÁGRAFO 2



JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

PENAS

-PENAL MILITAR-

PENAS PRINCIPAIS

I DE MORTE

EM CASO DE GUERRA DECLARADA POR FUZILAMENTO

DEPENDE DA COMUNICAÇÃO DA SENTENÇA DE DEFINITIVA AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E NÃO PODE SER EXECUTADA SENÃO APÓS 7 DIAS DA COMUNICAÇÃO

PRESCRIÇÃO: PRAZO DE 30 ANOS

PRIVATIVAS DE LIBERDADE

II RECLUSÃO

PENA MÍNIMA- 1 ANO
PENA MÁXIMA - 30 ANOS

III DETENÇÃO

PENA MÍNIMA- 30 DIAS
PENA MÁXIMA - 10 ANOS

IV PRISÃO

PRISÃO APLICADA AOS MILITARES

ATÉ 2 ANOS OBRIGATORIAMENTE CONVERTIDA EM PENA DE PRISÃO

SE NÃO COUBER SURSIS, SERÁ CUMPRIDA DA SEGUINTE FORMA:

PELO OFICIAL

RECINTO DE ESTABELECIMENTO PENAL MILITAR

PELO PRAÇA

EM ESTABELECIMENTO PENAL MILITAR

SUPERIOR A 2 ANOS

CUMPRIDA EM PENITENCIÁRIA MILITAR

MILITAR DA ATIVA JAMAIS CUMPRIRÁ PENA EM PRESÍDIO COMUM JUNTAMENTE COM OUTROS PRESOS CIVIS

APLICADA AOS CIVIS

REGRA: PENITENCIÁRIA COMUM

NORMAS DA LEP

EXCEÇÃO: SE PRATICAR CRIME MILITAR EM TEMPO DE GUERRA, PODERÁ CUMPRIR EM PENITENCIÁRIA MILITAR, SE EM BENEFÍCIO DA SEGURANÇA NACIONAL E SE HOUVER PRISÃO PARA TAL SEGURANÇA.

* PARA O CUMPRIMENTO EM ESTABELECIMENTO PENAL COMUM, O CONDENADO DEVE TER PERDIDO A CONDIÇÃO DE MILITAR.

@mapasmentais.direito



MAPAS
MENTAIS
DIREITO

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

@MAPASMENTAIS.DIREITO

Sarah Guimarães

ABUSO DE AUTORIDADE LEI N° 13.869/19

FINALIDADE ESPECÍFICA

ABUSAR DO PODER PARA

- 1) PREJUDICAR **OUTREM** ;
OU
- 2) **BENEFICIAR** A SI MESMO OU A OUTREM.
- OU
- 3) MERO CAPRICHOS
- OU
- 4) SATISFAÇÃO PESSOAL

ATENÇÃO: SÓ HA' CRIME NA MODALIDADE DE **DOLOSA**

OBS: A **DIVERGÊNCIA** NA INTERPRETAÇÃO DE LEI OU NA AVALIAÇÃO DE FATOS E PROVAS **NÃO** CONFIGURA ABUSO DE AUTORIDADE;

SUJEITO ATIVO

COMETIDO POR **AGENTE PÚB.**
NO **EXERCÍCIO** DE SUAS FUNÇÕES
A **PRETEXTO** DE EXERCÊ-LA (NOVIDADE)

AGENTE PÚBLICO

- SERVIDOR OU NÃO
- ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA OU FUNDACIONAL (**3 PODERES**, TODOS OS ENTES DA FEDERAÇÃO)
- QUALQUER FORMA DE INVESTIDURA OU VÍNCULO
- ALCANÇA **MILITARES**, MEMBROS DO **MP**, **TRIBUNAIS** E CONSELHOS DE CONTAS
- EXERCÍCIO **TRANSITÓRIO** OU **SEM REMUNERAÇÃO**

OBS: ROL **EXEMPLIFICATIVO**

OBS: APLICAÇÃO NO QUE COUBER, DO **CPP** E DA LEI N° **9.099** (JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL)

EFEITOS DA CONDENAÇÃO

- 1) OBRIGAÇÃO DE REPARAR O DANO
→ **EFEITO AUTOMÁTICO**
- 2) **INABILITAÇÃO** P/ O EXERCÍCIO, DE CARGO, MANDATO OU FUNÇÃO PELO **PRAZO DE 1 A 5 ANOS**
→ **ATENÇÃO:** ANTES ERA DE 1 A 3 ANOS

3) **PERDA** DO CARGO, MANDATO OU FUNÇÃO PÚB.

2) E 3) SÃO EFEITOS EXTRAPENALIS - TAIS EFEITOS **NÃO** SÃO AUTOMÁTICOS - RECAI **APENAS** SOBRE OS **RÉUS REINCIDENTES**.

AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA

→ ADMITE-SE AÇÃO PENAL **PRIVADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA**

→ **PRAZO:** **6 MESES** A PARTIR DA INÉRCIA DO MP

PARTE 1

LEI DE DROGAS

@MAPASMENTAIS.DIREITO



LEI N° 11.343/2006

CONCEITO

TODA SUBSTÂNCIA NATURAL OU SINTÉTICA SUSCETÍVEL DE CRIAR:

- 1) UMA **DEPENDÊNCIA** PSÍQUICA OU FÍSICA
- 2) UM EFEITO SOBRE O **SISTEMA NERVOSO CENTRAL**.
- 3) UM DANO À SAÚDE **PÚBLICA** E **SOCIAL**



NÃO SÃO CONSIDERADAS SUBSTÂNCIAS DE USO PROIBIDO AQUELAS **COMERCIALIZADAS LIVREMENTE**, SOBRE AS QUAIS INCIDE TRIBUTAÇÃO

OBS: TRATA-SE DE UMA **NORMA PENAL EM BRANCO HETEROGÊNEAS**

→ **PROÍBE-SE** O USO DE ANALOGIA **IN MALAM PARTEM** PARA AS NORMAS PENAS INCRIMINADORAS

REGRA GERAL

PROIBIÇÃO DE DROGAS EM TODO O PAÍS, BEM COMO O **PLANTIO, CULTURA, COLHEITA** E A **EXPLORAÇÃO** DE VEGETAIS E SUBSTRATOS DOS QUAIS POSSAM SER EXTRAÍDOS OU PRODUZIDAS DROGAS



EXCEÇÃO: AUTORIZAÇÃO LEGAL OU REGULAMENTAR, FUNDAMENTADA TAMBÉM NA CONVENÇÃO DE VIENA, PARA O USO **ESTRITAMENTE RITUALÍSTICO-RELIGIOSO**.

PODE A UNIÃO **AUTORIZAR** O **PLANTIO, A CULTURA** E A **COLHEITA**, **EXCLUSIVAMENTE** PARA FINS **MEDICINAIS** OU **CIENTÍFICOS** EM LOCAL E PRAZO PREDETERMINADOS

OS PAIS, OS INTEGRANTES DA FAMÍLIA AMPLIADA, OS RESPONSÁVEIS, OS AGENTES PÚB. EXECUTORES DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS OU QUALQUER PESSOA ENCARGADA DE CUIDAR DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES, TRATA-LOS, EDUCA-LOS OU PROTEGÊ-LOS QUE UTILIZAREM **CASTIGO FÍSICO** OU **TRATAMENTO CRUEL** OU **DEGRADANTE** ESTARÃO SUJEITOS AS SANÇÕES:

- 1) ENCAMINHAMENTO A PROGRAMA OFICIAL OU COMUNITÁRIO DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA.
- 2) ENCAMINHAMENTO A TRATAMENTO PSICOLÓGICO OU PSIQUIÁTRICO.
- 3) ENCAMINHAMENTO A CURSOS OU PROGRAMAS DE **ORIENTAÇÃO**
- 4) **OBRIGAÇÃO** DE ENCAMINHAR A CRIANÇA A TRATAMENTO **ESPECIALIZADO**
- 5) **ADVERTÊNCIA**

OBS: SERÃO APLICADAS PELO **CONSELHO TUTELAR**

AS CRIANÇAS NA FAIXA ETÁRIA DA **PRIMEIRA INFÂNCIA** - ENTRE 0 A 6 ANOS DE IDADE - COM SUSPEITA OU CONFIRMAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE QUALQUER NATUREZA, DEVERÃO CONFERIR **MÁXIMA PRIORIDADE** AO ATENDIMENTO.

AS GESTANTES OU MÃES QUE MANIFESTEM INTERESSE EM ENTREGAR SEUS FILHOS PARA À **ADOÇÃO** SERÃO **OBRIGATORIAMENTE** ENCAMINHADAS, SEM CONTRANGIMENTO, À **JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE**.



ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ANTES DO SURTIMENTO DO ECA, ERA ADOPTADO O **CÓDIGO DE MENORES**, O OBJETIVO DE TAL CÓDIGO ERA DAR ASSISTÊNCIA, PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA **APENAS** A MENORES QUE SE ENCONTREM EM **SITUAÇÃO IRREGULAR** - DOCTRINA DA SITUAÇÃO IRREGULAR. ↓

O **ECA**, AO CONTRÁRIO, SEGUE A DOCTRINA DA **PROTEÇÃO INTEGRAL**, QUE SE BASEIA NO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA - CABÍVEL A **TODAS** AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

SERÃO **OBRIGATORIAMENTE**, COMUNICADOS AO **CONSELHO TUTELAR**:

↪ OS CASOS DE CASTIGO FÍSICO, DE TRATAMENTO CRUEL OU DEGRADANTE E DE MAUS-TRATOS CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE.

CASTIGO FÍSICO

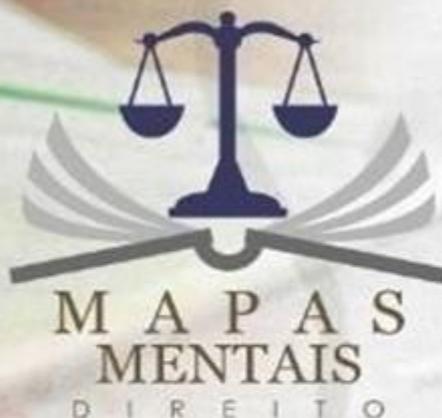
AÇÃO DE NATUREZA **DISCIPLINAR** OU **PUNITIVA** APLICADA COM O USO DA FORÇA FÍSICA SOBRE A CRIANÇA OU ADOLESCENTE, QUE RESULTE EM:

- a) **SOFRIMENTO FÍSICO**
- b) **LESÃO**

TRATAMENTO CRUEL OU DEGRADANTE

CONDUTA OU FORMA **CRUEL** DE TRATAMENTO EM RELAÇÃO À CRIANÇA OU ADOLESCENTE QUE:

- a) **HUMILHE**; b) **AMEACE GRAVEMENTE**; c) **RIDICULARIZE**



SUA APROVAÇÃO MAIS
PRÓXIMA DO QUE NUNCA!

Email: mapasmentaisdireitosg@gmail.com

Instagram: @mapasmentais.direito

Site: www.mapasmentaisdireito.com.br